



Número: **0001458-51.2020.8.17.8231**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Garanhuns - Turno Manhã - 07:00h às 13:00h**

Última distribuição : **18/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 5.700,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                       |                |
|--|--------------------|---|----------------|
| THIAGO CORREIA DE SANTANA (DEMANDANTE)                       |                    | LUCAS VALENCA BRANDAO (ADVOGADO)                    |                |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (DEMANDADO) |                    | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)          |                |
| Documentos   |                    |   |                |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento   | Tipo           |
| 98025311   | 02/02/2022 11:25   | <a href="#">2790357_CONTRARRAZOES_DE_RECURSO_01</a> | Petição em PDF |



**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA COLETA TURMA RECURSAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Processo: 00014585120208178231**

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **THIAGO CORREIA DE SANTANA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Turma Recursal.

Termo em que,  
Pede Juntada.

GARANHUNS, 2 de fevereiro de 2022.

**João Barbosa**  
**OAB/PE 4246**  
**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**PROCESSO ORIGINÁRIO DO ÚNICO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS / PE**

**Processo n.º 00014585120208178231**

**RECORRENTE: THIAGO CORREIA DE SANTANA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**CONTRARRAZÕES DE RECURSO**

**COLEDA TURMA,**

**INCLÍTOS JULGADORES.**

**DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA**

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Recorrente sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido da parte Recorrida.

*Data máxima vênia*, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte Recorrente é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015, a saber.

Contudo, é cristalino que a parte Recorrente não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.


Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

No caso em tela, como podemos observar nas telas sistêmicas, a vítima encontrava-se inadimplente no momento do acidente o que não daria a mesma o recebimento do Seguro DPVAT, confira-se:



Sua busca por placa: PCR7282 UF: PE CATEGORIA: 09\*

|                | Exercício | Valor Pago | Situação | Declaração de Pagamento   |
|----------------|-----------|------------|----------|---|
|                | 2020      | R\$12,30   | Quitado  |  |
| Data Pagamento |           | Valor Pago |          |   |
| 19/08/2020     |           | R\$12,30   |          |   |

Categoria: 9

| Final da Placa   | Vencimento        |               |            |               |
|--|-------------------|---------------|------------|---------------|
|  | IPVA (COTA ÚNICA) | Com Desconto? | DPVAT      | Licenciamento |
| 2  | 07/02/2020        | SIM           | 07/02/2020 | 30/09/2020    |
| PE: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2020 |                   |               |            |               |

**OBSERVA-SE QUE O VENCIMENTO DO SEGURO DPVAT DO EXERCÍCIO DE 2020 SE DEU EM 07/02/2020, PORÉM A AUTORA SÓ REALIZOU O PAGAMENTO EM 19/08/2020. LOGO, NA OCASIÃO DO SINISTRO, 24/02/2020, ENCONTRAVA-SE INADIMPLENTE.**

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

| RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP  | SÚMULA 257, STJ  |
|--|--|
| Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente. | Garante o recebimento do seguro a <b>TERCEIROS</b> vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente. |

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>x</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

##### **ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS MÉDICAS**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que não foram apresentadas as respectivas notas fiscais, bem como não há como afirmar se os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não comprovados, prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional<sup>1</sup>.**

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

***"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"***

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrente não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

**VERIFICA-SE QUE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO PELO RECORRENTE É CLARO AO INFORMAR QUE APÓS O ACIDENTE, FOI ATENDIDO NO HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA, FICANDO EM OBSERVAÇÃO E LOGO APÓS LIBERADO POR ALTA MÉDICA. CONTUDO, RETORNOU AO HOSPITAL, ONDE COLOCOU UMA PALETA E POSTERIORMENTE, ALGUNS DIAS APÓS COLOCOU GESSO (BOTA) NO PÉ.**

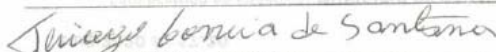
<sup>1</sup>"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequência do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extrema de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente..."** (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )



Complemento / Observação

A VÍTIMA PROCUROU ESTA DEPOL PARA NOTICIAR QUE NO LOCAL E DATA MENCIONADOS UM VEÍCULO FIAT UNO COR VER COLIDIU NA LATERAL ESQUERDA DA MOTOCICLETA QUE ESTAVA PILOTANDO, QUE NESTA MOMENTO CAIU NO CHÃO, QUE LEVANTOU-SE E CONSEGUIU GUIAR A MOTO ATÉ O HRDM ONDE FOI ATENDIDO E FICOU EM OBSERVAÇÃO SENDO LIBERADO APÓS ALGUMAS HORAS, SENDO QUE DEPOIS RETORNOU E COLOCOU UMA PALETA NO HRDM E NOVAMENTE APÓS ALGUNS DIAS COLOCOU O GERSO(BOTA) NO PÉ. QUE VEIO A ESTA DEPOL REGISTRAR ESTA OCORRÊNCIA POLICIAL PARA POSTERIORMENTE ACIONAR O SEGURO DPVAT.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

  
THIAGO CORREIA DE SANTANA  
(VITIMA)

**EM NENHUM MOMENTO FORAM ACOSTADAS NOTAS FISCAIS ACOMPANHADAS DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS DO HOSPITAL REGIONAL DOM MOURA.**

Ressalta-se que a ÚNICA documentação apresentada que apenas INFORMA despesas médicas, sem sequer comprovar através de comprovantes o alegado, trata-se de mero LAUDO MÉDICO PERICIAL, sem identificação de Unidade Hospitalar inclusive, onde relata que a vítima foi removida do Hospital Regional Dom Moura, por iniciativa da família, para o Hospital Perpétuo Socorro.

**LAUDO MÉDICO PERICIAL**

Declaro para fins de comprovação médica pericial que o senhor THIAGO CORREIA DE SANTANA, vítima de acidente de trânsito em 24/02/2020, foi atendido inicialmente por equipe médica do Hospital Regional Dom Moura (SUS) em Garanhuns-PE, com fratura fechada de 5º metatarso esquerdo.

O referido paciente foi removido por iniciativa da família para o hospital Perpétuo Socorro (particular), também localizado em Garanhuns-PE, onde foi acompanhado por equipe de ortopedia, onde foi submetido a tratamento cirúrgico de fratura de 5º metatarso esquerdo no dia 10/03/2020.

Atualmente encontra-se em acompanhamento ambulatorial ortopédico, apresentando fratura consolidada e em reabilitação funcional com fisioterapia.

O procedimento ortopédico (hotelaria hospitalar, medicamentos, material de síntese ortopédica, honorários médicos...) teve um custo total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo custeado integralmente pelo próprio paciente, senhor THIAGO CORREIA DE SANTANA, cpf 103.161.764-78.

GARANHUNS, 06/07/2020

  
Dr. Alfredo Lourenço  
Ortopedia - Dor  
CRM-PE 21980

**Observa-se que o REGISTRO DE OCORRÊNCIA NÃO INFORMA QUALQUER ATENDIMENTO DA VÍTIMA EM OUTRA UNIDADE HOSPITALAR.**

**E AINDA A MERA ALEGAÇÃO DE GASTOS NÃO CONFIGURA PROVA SUFICIENTE PARA O REEMBOLSO!**

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexos causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas médicas, face à ausência de comprovantes dos gastos, de

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos da Recorrente sejam julgados improcedentes.

#### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO**, interposto pelo Autor, ora Recorrente.

**Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.**

Termo em que,  
Pede deferimento.

GARANHUNS, 02/02/2022.

**João Barbosa**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA FIGUEIREDO SOARES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, inscrita na OAB/ RJ 185.681 e **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, inscrito na OAB/ RJ 189.997 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **THIAGO CORREIA DE SANTANA**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **GARANHUNS**, nos autos do Processo nº 00014585120208178231.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2022.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA FIGUEIREDO SOARES - OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)

